

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

**Unimed Caruaru Cooperativa
de Trabalho Médico**
Exercícios Findos em
31 de dezembro 2021 e 2022

2022

2021

Unimed 
Caruaru

UNIMED CARUARU

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2022 e 2021

CONTEÚDO:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Notas Explicativas
- Relatório Circunstanciado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2022**
2021

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO





www.unimed.coop.br/caruaru
Rua Adjar da Silva Casé, 800 - Caruaru Corporate,
3º Andar - 55024-740 Indianópolis, Caruaru-PE
T: 81 2103-5068



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O balanço patrimonial e as demais demonstrações contábeis, bem como notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão disponibilizados pela Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, em meio eletrônico em seu site, conforme determina a legislação da ANS.

Em 2022, O setor de saúde suplementar retomou o crescimento de usuários, em consequência do cenário econômico positivo, com a aumento do número de empregos gerados. O percentual atingiu 3,3% nos últimos 12 meses de ano, chegando a 50,5 milhões de clientes de plano de saúde privados médico hospitalares e odontológicos. Equivalentes a 23,5% da população do país.

Em Pernambuco, as cooperativas médicas tiveram um crescimento de 4,0%, enquanto que nossa carteira cresceu 2,1%, finalizando o período com 69.483 mil clientes próprios, o que nos mantém como líderes de mercado em nossa região com 53,8% dos usuários de planos de saúde.

O ano foi marcado pelo grande aumento nos custos assistenciais, levando o setor a um prejuízo na ordem de R\$ 5,5 bilhões de reais, segundo dados divulgados pela ANS, referentes ao terceiro trimestre de 2022. A sinistralidade acumulada do setor, no referido período foi de 90%. Entre os fatores conjunturais que impactaram o resultado está o aumento da procura por procedimentos médicos que ficaram represados na pandemia, a elevação dos custos de insumos médicos e a cobertura obrigatória de tratamentos e tecnologias cada vez mais caras e complexas, o que tende a se agravar com as mudanças legislativas recentes, afirma a Fenasaude.

O Faturamento Bruto da Unimed Caruaru em 2022 foi de **R\$ 418,8** milhões, contra **R\$ 381,6** em 2021, representando um aumento de 7,9% em relação ao ano anterior. As receitas de mensalidades totalizaram **R\$ 308,2** milhões, contra **R\$ 295,6** em 2021, um aumento de 4,2%. As receitas com intercâmbio totalizaram **R\$ 85,2**, contra **R\$ 66,76** milhões de reais, representando um aumento de 27,7% em relação a 2021. As demais receitas totalizaram **R\$25,3** milhões, contra **R\$19,2** milhões do ano anterior, representando aumento de 31,7%. As aplicações financeiras tiveram uma redução de **R\$ 9,2** milhões, em decorrência do aumento dos custos assistenciais e demais despesas. O volume de empréstimos reduziu em **R\$ 0,9** milhões, considerando a necessidade de novos empréstimos durante o exercício para fazer frente ao aumento de custos e manter as reservas técnicas nos limites estabelecidos pela legislação.

Já os Custos Assistenciais, em 2022 totalizaram **R\$283,1** milhões, contra **R\$ 262,1**. O crescimento foi de **R\$ 21,0** milhões em relação a 2021,



www.unimed.coop.br/caruaru
Rua Adjar da Silva Casé, 800 - Caruaru Corporate,
3º Andar - 55024-740 Indianópolis, Caruaru-PE
T. 81 2103-5068



representando um aumento de 8,0%, com uma sinistralidade acumulada de 91%,0, contra uma média de 88% do mercado.

As Despesas Administrativas em R\$33,9 milhões, destes R\$ 4,2 foram referentes ao déficit na utilização do plano de saúde de cooperados e colaboradores, deduzindo-se as receitas de mensalidades dos seus dependentes. Houve uma redução de R\$ 1,47 milhões em relação a 2021. A relação com o faturamento líquido anual foi de 9,6%, desconsiderando-se o saldo negativo do plano de saúde.

O Resultado Líquido foi uma perda de R\$ 8,5 milhões em 2022, que será totalmente deduzido do saldo do fundo de reserva constituído para tal finalidade, em AGE realizada em dezembro/2022, conforme normas estatutárias. A deliberação deverá ocorrer em Assembleia Geral Ordinária (AGO), a qual deverá homologar a proposta da gestão, para composição do capital baseado em risco e na manutenção da viabilidade econômico e financeira da cooperativa, em obediência às normas da ANS.

Em relação aos investimentos, a estratégia da gestão é a manutenção, modernização e dimensionamento dos serviços próprios de acordo com a demanda. Na área de tecnologia, se mantiveram os recursos direcionados para mudança de sistema operacional com a conclusão da implantação do sistema MV operadora integrado a MV da Rede Própria, a ser concluída neste exercício.

André Richard Soares Muniz
Diretor de Comercio e Mercado

Marcelo Guerra de Albuquerque Rosendo
Diretor Administrativo Financeiro

Roberta de Oliveira Trigueiro
Diretora de Recursos Próprios

Pedro José de Oliveira Melo
Diretor Presidente

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2022**
2021

**RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores da
UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – TAOEF – Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras

Em julho de 2019 foi celebrado junto à ANS, o “Termo de Assunção de Obrigações Econômico Financeiras” que define um cronograma de ações e procedimentos com vistas a suprir a anormalidades apontadas pelo órgão regulador.

A Unimed Caruaru equacionou as anormalidades econômicas – financeiras contidas no ofício de nº: 174/2019/ COAOP/ GEAOP/ GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a exceção do quesito sobre a insuficiência do Patrimônio Líquido Ajustado, aferida por exigência da Margem de Solvência, conforme notificado no ofício nº 92/2022/COPAEF/GEAES/GGAER/DIRAD-DIOPE/DIOPE de 22 de dezembro de 2022. Na presente data a Unimed Caruaru permanece sob monitoramento da ANS com o objetivo de aferir as desconformidades contábeis e econômico-financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

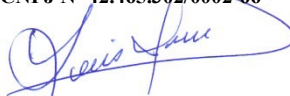
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstancias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive e eventuais deficiências significativas nos controles internos, caso tivessem sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES

CVM N° 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG
CNPJ N° 42.465.302/0002-66



LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR

Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2022**
2021

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS



UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO		SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		130.651.855	132.361.306
Disponível		1.117.413	2.839.856
Realizável		129.534.442	129.521.450
Aplicações Financeiras	5	76.770.812	86.057.446
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		47.277.009	44.788.758
Aplicações Livres		29.493.803	41.268.689
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	24.161.194	14.655.317
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber		14.613.802	11.048.019
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		-	-
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		766.300	5.752
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		8.781.092	3.522.280
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	79.266
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	7	813.299	2.483.748
Despesas Diferidas		1.332.711	-
Créditos Tributários e Previdenciários	8	8.949.131	9.418.418
Bens e Títulos a Receber	9	17.201.631	16.701.061
Despesas Antecipadas		305.441	195.787
Conta Corrente com Cooperados	10	223	9.673
ATIVO NÃO CIRCULANTE		93.879.765	78.007.613
Realizável a Longo Prazo		2.538.792	1.376.643
Aplicações Financeiras		-	-
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		-	-
Aplicações Livres		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários		-	-
Títulos e Créditos a Receber		2.529.207	1.367.059
Despesas de Comercialização Diferidas		-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		9.585	9.585
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		-	-
Conta Corrente com Cooperados		-	-
Investimentos	12	2.455.442	2.085.390
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		2.455.442	2.085.390
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		-	-
Participações Societárias em Rede Assistencial		-	-
Participações em Outras Sociedades		1.819.626	1.556.428
Participações Societárias pelo Método de Custo		635.816	528.962
Outros Investimentos		-	-
Imobilizado	13	80.699.003	66.464.060
Imóveis de Uso Próprio		42.177.666	7.267.100
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		40.867.467	5.956.901
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.310.199	1.310.199
Imobilizado de Uso Próprio		24.886.645	23.938.032
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		15.357.487	14.916.517
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		9.529.158	9.021.515
Imobilizações em Curso		1.374.283	28.702.842
Outras Imobilizações		6.839.742	6.556.086
Direito de Uso Arrendamento		5.420.667	-
Intangível	14	8.186.528	8.081.520
TOTAL DO ATIVO		224.531.620	210.368.919

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO		SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		124.390.092	121.726.088
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	60.864.796	58.082.137
Provisões de Prêmios / Contraprestações		22.230.839	16.455.193
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		22.170.103	16.397.698
Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	-
Provisão para Remissão		60.736	57.495
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		828.503	617.536
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		22.064.456	25.413.382
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		15.740.998	15.596.025
Outras Provisões Técnicas		-	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		5.175.700	10.715.825
Contraprestações / Prêmios a Restituir		-	-
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	16	581.134	5.587.217
Comercialização Sobre Operações		-	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.594.566	5.128.608
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		-	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	17	893.081	256.994
Provisões	18	7.663.128	9.739.733
Provisão para IR e CSLL		7.663.128	9.739.733
Provisões para Ações Judiciais		-	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	5.986.977	6.395.462
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	15.757.529	15.215.762
Débitos Diversos	21	23.131.280	20.880.525
Conta Corrente de Cooperados	10	4.917.601	439.650
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.668.608	36.870.691
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	487.697	690.228
Provisões de Prêmios / Contraprestações		51.872	78.829
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		-	-
Provisão de Insuficiência de Prêmios		-	-
Provisão para Remissão		51.872	78.829
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		435.825	611.398
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		-	-
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		-	-
Outras Provisões Técnicas		-	-
Provisões	22	1.679.434	2.324.795
Provisões para Tributos Diferidos		-	-
Provisões Judiciais		1.679.434	2.324.795
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	5.250.911	6.262.899
Tributos e Contribuições		-	-
Parcelamento de Tributos e Contribuições		5.250.911	6.262.899
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	26.158.823	27.592.769
Débitos Diversos		5.091.743	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.472.920	51.772.138
Capital Social	23	23.963.419	26.494.886
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas		26.905.816	29.018.216
Reservas de Capital/ Patrimoniais		9.349.939	28.472.157
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		17.555.877	546.059
Lucros / Prejuízos - Superávits / Débitos Acumulados ou Resultado		10.603.685	(3.740.964)
TOTAL DO PASSIVO		224.531.620	210.368.917

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ - 24.449.225/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Notas	SALDO EM <u>31/12/2022</u>	(Reclassificado) SALDO EM <u>31/12/2021</u>
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	24	371.263.462	351.918.048
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	2	372.633.447	353.635.757
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		372.609.730	353.651.912
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		23.717	(16.155)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.369.985)	(1.717.709)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	25	(337.149.354)	(310.520.149)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	2	(337.004.381)	(308.553.266)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(144.973)	(1.966.883)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		34.114.108	41.397.899
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		25.139	29.461
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	26	34.154.310	20.522.686
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		33.728.188	19.719.163
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		24.599	39.355
Outras Receitas Operacionais		401.523	764.168
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	27	(1.027.172)	(930.227)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	28	(12.258.583)	(8.932.193)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(2.982.558)	(4.936.389)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(2.558.640)	(918.886)
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(6.717.385)	(3.076.918)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS	29	(27.519.982)	(23.250.840)
RESULTADO BRUTO		27.487.820	28.836.786
Despesas de Comercialização		(2.054.455)	(2.464.823)
Despesas Administrativas	30	(33.774.894)	(35.419.993)
Resultado Financeiro Líquido		(487.656)	(561.500)
Receitas Financeiras	31	9.875.015	5.217.083
Despesas Financeiras		(10.362.671)	(5.778.583)
Resultado Patrimonial		306.787	122.505
Receitas Patrimoniais		306.787	169.277
Despesas Patrimoniais		-	(46.772)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(8.522.398)	(9.487.025)
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Impostos Diferidos		-	-
Participações sobre o Lucro		-	-
RESULTADO LÍQUIDO		(8.522.398)	(9.487.025)

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 24.449.225/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Capital Social		Reservas de Capital				Reservas de Sobra		Fundo de Reserva	Sobras ou Perdas Acum.	TOTAL	
	Integralizado	Integralizar	Doação de Cooperados	Reserva Especial	Fundo Hospitalar	Margem de Solvência	Reserva de Resultados	Compensação de Perdas				Fates
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	29.837.436	(3.342.550)	14.980	6.190	10.298.800	18.124.073	-	28.114	546.059	(0)	(3.740.964)	51.772.138
Ajustes de Exercícios Anteriores												
Mudança de Critério Contábil Contábil											7.438.495	7.438.495
Perdas de Exercícios Anteriores												
Pagamentos de Perdas Anteriores											491.621	491.621
Pagamentos de Perda 2021											6.414.533	6.414.533
Destinação da Sobra 2020												
Incorporação ao Capital												
Reserva da Margem de Solvência												
Perdas Acumuladas (anos anteriores)												
Aumentos de Capital												
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar					500.000							500.000
Por novos cooperados	500.000											500.000
Capital Integralizado		1.620.900										1.620.900
Capital à Integralizar		(1.000.000)										(1.000.000)
Devolução de Capital												
Demissão / Exclusão de Associados	(4.084.867)	432.500										(3.652.367)
Movimentação de Reservas												
Constituição da Reserva de Fundo Hospitalar					5.600							5.600
Constituição da Reserva de Margem de Solvência						8.230.638						8.230.638
Devolução do Fundo Hospitalar					(1.503.534)							(1.503.534)
Devolução da Reserva Margem de Solvência						(278.287)						(278.287)
Utilização do Fates									(544.207)			(544.207)
Compensação do Fundo de Reserva nas Perdas do exercício												
Devolução de Compensação de Perdas - Saída de Cooperados												
Transferência da Reserva da Margem de Solvência						(26.076.423)			(211)			(26.076.423)
Constituição da Reserva de Resultados							26.076.423					26.076.423
Perda Líquida do Exercício												
Perda Líquida do Exercício											(8.522.398)	(8.522.398)
Compensação das Reservas de Resultado nas Perdas do Exercício							(8.522.398)				8.522.398	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	26.252.569	(2.289.150)	14.980	6.190	9.300.866	(0)	17.554.025	27.903	1.852	(0)	10.603.685	61.472.921

UNIMED CARUARU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 24.449.225/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

	SALDO EM	SALDO EM
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	298.078.730	290.391.845
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	159.982.598	135.235.469
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	719	334
(+) Outros Recebimentos Operacionais	55.165.533	43.079.258
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(127.530.286)	(127.480.567)
(-) Pagamento de Comissões	(1.560.095)	(1.034.350)
(-) Pagamento de Pessoal	(43.813.064)	(38.022.475)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(3.090.683)	(3.289.026)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(118.441.195)	(109.335.317)
(-) Pagamento de Tributos	(53.144.847)	(43.620.774)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.534.456)	(1.383.899)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.219.336)	(1.933.345)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(707.674)	(465.313)
(-) Aplicações Financeiras	(144.970.598)	(126.545.280)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(13.205.772)	(9.454.757)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>3.009.574</u>	<u>6.141.803</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	1.000
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	40.000	38.000
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimento de Dividendos	1.490	1.490
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(28.197)	(111.402)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(80.980)	(540)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(67.688)</u>	<u>(71.452)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	1.590.900	1.617.975
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	20.772.487	10.000.000
(+) Títulos Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	3.294.771	-
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.824.634)	(902.896)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(28.047.182)	(17.423.695)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(450.672)	(253.155)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(4.664.330)</u>	<u>(6.961.771)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>(1.722.444)</u>	<u>(891.420)</u>
CAIXA SALDO INICIAL	<u>2.839.857</u>	<u>3.731.277</u>
CAIXA SALDO FINAL	<u>1.117.413</u>	<u>2.839.857</u>
Ativos Livres no Início do Período	<u>44.108.545</u>	<u>49.957.824</u>
Ativos Livres no Final do Período	<u>30.611.216</u>	<u>44.108.545</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	<u>(13.497.329)</u>	<u>(5.849.279)</u>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2022**
2021

NOTAS
EXPLICATIVAS



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em Reais)**

1. Contexto operacional

A **Unimed Caruaru – Cooperativa de Trabalho Médico** é uma sociedade cooperativa, singular, e tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar. As atividades da Cooperativa são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o nº 34.095-2.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e está sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Impactos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global. Em continuidade ao enfrentamento da pandemia, a Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico manteve seu plano de trabalho abrangendo diversas medidas, dentre elas, toda estrutura de atendimento de urgência/emergência incluindo atendimento prévio, diagnóstico, internações e internações em unidades de terapia intensivas. Manteve as ações preventivas necessárias para minimizar os efeitos, seguindo todas as recomendações dos órgãos de saúde do estado e municípios em nossa área de atuação.

Em 2021 houve um aumento de 8 pontos percentuais no custo assistenciais em decorrência das variantes Delta e Ômicron, cujo montante foi da ordem R\$ 21,47 milhões no ano, para atender os pacientes com COVID. Com a retomada dos atendimentos eletivos e outros procedimentos, tivemos uma elevação no nosso custo assistencial em 19,5% em relação ao ano anterior.

Em 2022, a cooperativa teve uma alta significativa em seus custos assistenciais, na ordem de 31% quando comparados com 2019(período pré-pandemia), no qual foi identificado que uma das causas foi decorrente do represamento de procedimentos eletivos que devido a pandemia foram suspensos na época.

A extensão de outros impactos da COVID-19 em nosso negócio depende de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condições financeiras e resultados de operações.

Adoção Políticas Contábeis (CPC 47)

A partir de 01/01/2022 a ANS introduziu a aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As demonstrações de 2021 utilizadas para fins de comparabilidade não estavam respaldadas na referida legislação. Para atendimento da CPC 47 realizamos a adequação com o intuito do efeito comparativo das demonstrações de 2021 com os ajustes implementados para 2022.

As mudanças de contabilização nas contas alteradas pelo plano de contas instituído através da Resolução Normativa nº 528/2022 tiveram impacto nas linhas intermediárias da DRE, quando efetuada a comparabilidade entre os exercícios de 2021 e 2022, não ocorrendo mudanças no resultado final do exercício. Estamos apresentando a DRE de 2021 com as alterações nos grupos 311 e 411.

Conforme disposto na letra “F” do item 28 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, divulgamos abaixo os ajustes efetuados na DRE de 2021, apresentada para fins de comparabilidade:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIO AJUSTADO

	Nota	2021	AJUSTE	Reclassificado 2021
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		351.918.048		313.727.611
Receitas com Oper. de Assistência à Saúde	2	353.635.757	(38.190.437)	315.445.320
Contraprestações Líquidas		353.651.912		315.461.475
Variação das Prov. Técnicas de Oper. de Assist. à Saúde		(16.155)		(16.155)
(-) Tributos Diretos de Oper.com Pl. Assit à Saúde da Operadora		(1.717.709)		(1.717.709)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(310.520.149)		(272.329.712)
Eventos Conhecidos ou Avisados	2	(308.553.266)	38.190.437	(270.362.829)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.966.883)		(1.966.883)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE		41.397.899		41.397.899
RESULTADO BRUTO		28.836.786		28.836.786
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(9.487.025)		(9.487.025)
RESULTADO LÍQUIDO		(9.487.025)		(9.487.025)

Estas mudanças ocorreram entre os planos de contas regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 435/2018, 472/2021 e 528/2022. Dentre as principais mudanças ocorridas os registros contábeis das operações de corresponsabilidade assumida, nos moldes constantes no item 6.2 das Normas Gerais do plano de contas padrão, merecem os seguintes destaques: em 2021 registros no grupo 3111X20X6 para 2022 passaram a ser registrados neste grupo somente os valores de taxa de administração e diferença de tabela, com os demais valores registrados no grupo 411XX2084. Já os valores que em 2021 eram registrados no grupo (-) 3117, em 2022 passaram a ser registrados no grupo 4116, exceto taxa de administração.

2.1. Disponível (Caixa e Equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários em conta corrente e poupança.

2.2. Ativos financeiros

2.2.1. Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.2.3. *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados por custo amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG”, e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.4. Reconhecimento do custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada “Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)”.

2.5. Contraprestação pecuniária a receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

- Prestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculada e paga antes da utilização das coberturas contratadas.
- Pós-estabelecido: valor faturado de plano privado de assistência à saúde conforme as despesas de utilização das coberturas contratadas forem incorridas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço preestabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;
- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.6. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestada a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.7. Bens e títulos a receber

Os bens e títulos a receber estão formados, principalmente, por estoques, cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.8. Depósitos judiciais e fiscais

Estão representados por depósitos que amparam discussões judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis.

2.9. Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.10. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Resultado Patrimonial” na demonstração do resultado.

2.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Empréstimos e financiamentos a pagar

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente.

A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de contraprestação não ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — *pro-rata-die* — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão para remissão

A ANS obriga a constituição de provisão para remissão, que é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período de cinco anos.

Essa provisão tem por objetivo constituir, de forma suficiente, a garantia à assistência à saúde dada durante todo o prazo restante do benefício. A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

(c) Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

(d) Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

2.15. Fornecedores – Débitos diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.17. Provisões para ações judiciais – Passivo Não Circulante

Representadas por provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias. Constituídas conforme parecer dos Assessores Jurídicos da Cooperativa.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

2.18. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo à reserva de reavaliação, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados

A Cooperativa utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utilizam-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do “Triângulo de *Run-off*”, relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

Provisão para contratos onerosos

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é “aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste”. No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Aplicações Financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	47.277.009	44.788.758
	<u>47.277.009</u>	<u>44.788.758</u>
Aplicações Livres		
Fundo de Renda Fixa	29.489.214	39.451.297
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.589	1.817.391
	<u>29.493.803</u>	<u>41.268.688</u>
	<u><u>76.770.812</u></u>	<u><u>86.057.446</u></u>

6. Contraprestação Pecuniária a Receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Planos Individuais/ Familiares - Mensalidades (Pessoa Física)	15.833.943	9.113.727
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	10.052.718	6.410.439
Planos Odontológicos (Pessoa Física e Jurídica)	-	-
	<u>25.886.662</u>	<u>15.524.166</u>
Provisão para Perdas sobre Créditos (*)	<u>(11.272.860)</u>	<u>(4.476.148)</u>
	<u><u>14.613.802</u></u>	<u><u>11.048.019</u></u>

(*) A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes em montante acima do valor provisionado.

A Cooperativa emite carnês mensalmente com vencimentos nos dias 5, 10, 15, 20, 25 e 30, adotando como prática o registro dos ativos no mês de emissão dos carnês. Os créditos de operações com plano de assistência à saúde não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

2022	Planos Individuais / Familiars -Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	Preço Preestabelecido	
A Vencer	5.052.174,72	4.521.674	-	9.573.849
Vencidos				
Até 30 Dias	4.037.484,44	2.403.020	-	6.440.505
De 31 a 60 Dias	1.108.815	539.729	-	1.648.545
De 61 a 90 Dias	676.622	270.566	-	947.189
Acima de 90 Dias	4.958.847	2.317.729	-	7.276.576
	15.833.943	10.052.719	-	25.886.662
Provisão para Perdas sobre Créditos	(8.567.147)	(2.705.713)	-	(11.272.860)
	7.266.796	7.347.006	-	14.613.802

2021	Planos Individuais / Familiars - Mensalidades (Pessoa Física)	Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	Planos Odontológicos Individuais (Pessoa Física)	Total
	Preço Preestabele cido	Preço Preestabele cido	Preço Preestabele cido	
A Vencer	4.547.992	3.783.451	-	8.331.443
Vencidos				
Até 30 Dias	2.367.545	1.361.466	-	3.729.010
De 31 a 60 Dias	773.893	249.439	-	1.023.332
De 61 a 90 Dias	224.916	150.639	-	375.555
Acima de 90 Dias	1.199.383	865.444	-	2.064.827
	9.113.728	6.410.439	-	15.524.167
Provisão para Perdas sobre Créditos	(3.448.325)	(1.027.822)	-	(4.476.148)
	5.665.402	5.382.617	-	11.048.019

7. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	2022	2021
Contas a Receber - Atendimento particular	726.707	804.059
Recebimento de Custo Operacional	346.250	1.349
Franquias a Receber	7.729	2.777
Convênios	115.176	396.425
Reembolso de Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual	763.046	2.331.492
	<u>1.958.908</u>	<u>3.536.102</u>
Provisão para Perdas sobre Créditos	<u>(1.145.609)</u>	<u>(1.052.353)</u>
	<u><u>813.299</u></u>	<u><u>2.483.749</u></u>

A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

O saldo a receber por data de vencimento (“aging list”) está demonstrado da seguinte forma:

	2022	2021
A Vencer	600.748	1.225.180
Vencidos		
Até 30 Dias	187.446	1.210.953
De 31 a 60 Dias	142.944	34.656
De 61 a 90 Dias	230.668	14.049
Acima de 90 Dias	797.102	1.051.263
	<u>1.958.908</u>	<u>3.536.101</u>

8. Créditos Tributários e Previdenciários

	2022	2021
Imposto de Renda a recuperar (i)	2.798.230	1.797.715
INSS a recuperar	158.843	122.636
Créditos a restituir - Lei 11.941/2009 (ii)	939.638	939.638
IRPJ estimativa a recuperar	3.198.669	3.198.669
CSLL estimativa a recuperar	1.145.416	1.139.352
Outros impostos a recuperar	708.334	2.220.408
	<u>8.949.131</u>	<u>9.418.418</u>

(i) Refere-se a IR retido na fonte sobre faturas emitidas e sobre resgates de aplicações financeiras.

(ii) Créditos oriundos de pagamentos de parte do parcelamento da Lei 11.941/09, não reconhecidos pela Receita Federal do Brasil – RFB quando da consolidação dos seus débitos tributários federais. A Cooperativa está estudando a operacionalização junto a Receita Federal do Brasil – RFB sobre a melhor forma de utilizar este valor em compensações futuras dos referidos débitos por esta autarquia.

9. Bens e títulos a receber

	2022	2021
Estoques	6.771.696	7.887.100
Farmácia	6.194.052	7.431.359
Nutrição	80.589	73.681
Almoxarifado	497.055	382.061
Cheques	186.765	190.593
Cheques Devolvidos a Receber (i)	186.765	190.593
Adiantamentos	5.368.980	5.117.468
Adiantamentos a Funcionários	332.325	260.599
Adiantamentos a Fornecedores	737.410	300.479
Outros Adiantamentos	4.299.245	4.556.390
Outras Contas a Receber	5.057.134	3.693.172
Aluguéis (ii)	45.225	45.225
Débitos Indevidos/Cartão de Crédito	5.011.909	3.647.947
Outros	321	321
Notas Promissórias	321	321
	17.384.896	16.888.654
Provisão para Perdas sobre Créditos (iii)	(183.265)	(187.593)
	(183.265)	(187.593)
	17.201.631	16.701.061

(i) Constituída sobre os “cheques devolvidos a receber” vencidos acima de 90 dias. A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

(ii) Refere-se a valores a receber decorrentes de negociação realizada envolvendo contrato de aluguel em atraso. Valor de R\$ 51.300,00 dividido em 76 parcelas.

(iii) Constituída sobre os “cheques devolvidos a receber” vencidos acima de 90 dias. A Administração da Cooperativa não espera perdas relevantes acerca dos valores não provisionados.

10. Conta-Corrente com Cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Créditos a Receber de Cooperados	<u>223</u>	<u>9.673</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Capital Social a Restituir a Cooperados	<u>4.917.601</u>	<u>439.650</u>

11. Títulos e Créditos a Receber – Ativo Não Circulante

Refere-se a bloqueios judiciais.

12. Investimentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MEP		
Unimed Seguradora S/A	<u>139.772</u>	<u>81.114</u>
	139.772	81.114
Participações em Instituições Não Reguladas MEP		
Unimed Participação S/A	<u>1.679.854</u>	<u>1.475.314</u>
	1.679.854	1.475.314
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde MC		
Unimed Norte-Nordeste	8.698	8.698
Federação Equatorial	10.000	10.000
Central Nacional Unimed	<u>322.510</u>	<u>322.510</u>
	341.208	341.208
Participações em Instituições Reguladas (SUSEP, BACEN, PREVIC) MC		
SICREDI Caruaru - 36-1	156.117	138.443
SICREDI Caruaru - 2318-3 (23205)	55.659	49.071
UNICREDI - 960038-8	720	240
UNICREDI Ponto Capital - 3220-04	<u>82.112</u>	<u>82.112</u>
	294.608	187.755
	<u>2.455.442</u>	<u>2.085.390</u>

13. Imobilizado

	Imóveis de Uso Próprio		Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares		Imobilizado de Uso Próprio - Hospitalares					Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares					Imobilizações em Curso - Hospitalares		Imobilizações em Curso - Não Hospitalares		Outras Imobilizações - Não Hospitalares		Direito de Uso de Arrendamentos - Não Hospitalares		Total
	Terrenos	Edificações	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Informática	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em Andamento	Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento	Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	Direito de Uso de Arrendamento - Imóveis				
																						Taxa de Depreciação	
Taxa de depreciação	-	2%	-	2%	10%	10%	20%	10%	20%	10%	10%	20%	10%	20%	-	-	-	10%	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.937.372	2.376.219	20.000	1.290.199	1.014.542	8.419.410	41.127	3.248.967	98.972	624.561	1.595.430	2.509.224	3.096.723	81.522	25.124.034	252.827	279.827	6.240.696	-		60.251.649		
Adições	-	-	-	-	76.865	8.438.660	34.360	596.629	218.487	98.959	208.954	1.049.238	575.023	57.000	3.704.724	-	-	2.552.181	-		17.611.081		
Baixas	-	-	-	-	-	(4.716.369)	(6.672)	(139.683)	(118.200)	-	-	(43.088)	(7.881)	(78.834)	(658.570)	-	-	(2.217.536)	-		(7.986.834)		
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-		
Depreciação	-	(358.690)	-	-	(21.286)	(2.248.017)	58	(90.015)	68.663	(38.218)	(108.378)	(407.193)	(195.095)	3.570	-	-	-	(19.255)	-		(3.411.837)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.937.372	2.019.529	20.000	1.290.199	1.070.141	9.893.684	68.872	3.615.898	267.922	685.302	1.696.006	3.108.181	3.468.770	63.258	28.170.187	252.827	279.827	6.556.086	-		66.464.060		
Adições	-	7.438.495	-	-	38.306	1.404.170	10.575	447.232	33.350	53.733	208.966	539.847	590.843	-	1.929.139	-	-	997.374	5.991.263		19.683.292		
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.200)	-	-	-	(1.413)	-	(170)	-	-	(27)	-		(119.810)		
Transferências	-	29.257.527	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.257.527)	-	-	-	-		-		
Depreciação	-	(1.785.456)	-	-	(26.091)	(1.302.808)	(9.256)	(110.752)	74.445	(34.722)	(122.741)	(487.700)	(226.085)	(13.085)	-	-	-	(713.691)	(570.597)		(5.328.539)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.937.372	36.930.095	20.000	1.290.199	1.082.356	9.995.045	70.191	3.952.378	257.517	704.313	1.782.231	3.160.328	3.832.116	50.172	841.628	252.827	279.827	6.839.742	5.420.667		80.699.003		

14. Intangível

	2022	2021
Software	9.819.280	8.216.090
Aquisição de carteira de clientes (i)	8.000.000	8.000.000
	<u>17.819.280</u>	<u>16.216.090</u>
(-) Amortização acumulada	<u>(9.632.752)</u>	<u>(8.134.571)</u>
	<u>8.186.528</u>	<u>8.081.520</u>

(i) O saldo refere-se à aquisição pela Unimed Caruaru da carteira de clientes anteriormente administrada pela Unimed Agreste Meridional, que conta com aproximadamente 17.000 beneficiários de planos individuais e coletivos. A referida aquisição foi devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por meio do Ofício n° 2011/2017/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, em 14 de dezembro de 2017 e conforme previsto na RN 112/2005. O saldo é amortizado de acordo com a vida útil econômica estimada pela Administração da Unimed Caruaru, em 5 anos, conforme permitido pela ANS. A efetiva transferência da carteira ocorreu em 2 de outubro de 2017. O valor total da operação foi de R\$8.000.000,00.

15. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde – Passivo Circulante e Não Circulante

	2022	2021
Provisões de Contraprestações		
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		
Mensalidades Pessoa Física - PCNG	13.075.818	9.516.453
Faturas Pessoa Jurídica - PCNG	9.094.285	6.881.245
Provisão para Remissão	60.736	57.495
Provisão de Eventos a Liquidar		
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	828.503	617.536
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	22.064.456	25.413.382
Rede Contratada	10.778.018	12.550.118
Hospitais Credenciados	1.739.776	1.892.399
Prestadores de Serviços	8.661	820.183
Clínicas Credenciadas	8.209.518	9.072.174
Laboratórios Credenciados	820.063	765.362
Produção de Cooperados	9.993.315	11.398.263
Intercâmbio	1.088.767	1.373.326
Reembolso	204.357	91.675
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	15.740.998	15.596.025
	60.864.796	58.082.137
Não Circulante		
Provisão para Remissão	51.872	78.830
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	435.825	611.398
	487.697	690.228

16. Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios

	2022	2021
Receita Antecipada de Contraprestações		
Planos Individuais / Familiares - Mensalidade (Pessoa Física)	167.047	3.502.235
Planos Coletivos - Faturas (Pessoa Jurídica)	414.087	2.084.982
	581.134	5.587.217

17. Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Intercâmbio a pagar	668.330	55.744
Custo operacional a pagar	118.146	164.612
Custo operacional a pagar - Credenciados	<u>106.604</u>	<u>36.638</u>
	<u><u>893.081</u></u>	<u><u>256.994</u></u>

18. Provisão para IR e CSLL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ a Recolher	5.618.161	7.108.933
CSLL a recolher	<u>2.044.967</u>	<u>2.630.800</u>
	<u><u>7.663.128</u></u>	<u><u>9.739.733</u></u>

19. Tributos e Encargos Sociais a Recolher – Passivo Circulante e Não Circulante

20.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS a Recolher	1.689.636	1.604.478
INSS Retido a Recolher	69.655	45.018
FGTS a Recolher	410.986	383.078
IRRF sobre Assalariados a Recolher	462.843	435.343
IRRF sobre Não Assalariados a Recolher	1.548.418	1.725.067
ISS sobre Faturamento a Recolher	32.313	23.365
ISS Retido de Terceiros a Recolher	188.208	239.227
PIS/ COFINS/ CSLL a Recolher	198.895	226.231
Parcelamento - IRPJ (a)	-	574.755
Parcelamento - CSLL (a)	-	241.289
Parcelamento PERT - Débitos Previdenciários - PGFN (b)	254.790	239.136
Parcelamento PERT - Demais Débitos - PGFN (c)	78.030	85.905
Parcelamento PERT - Demais Débitos - RFB (d)	4.670.620	4.864.849
Parcelamento INSS PGFN (Nelson Williams)	1.178.100	1.808.980
Outros Impostos a Recolher	455.396	161.641
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-
	<u><u>11.237.888</u></u>	<u><u>12.658.362</u></u>
Circulante	5.986.977	6.395.463
Não Circulante	5.250.911	6.262.899

(a) Refere-se a parcelamentos de débitos de IRPJ e CSLL, divididos em 60 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 4 de julho de 2018, com previsão para liquidação até maio de 2023.

- (b) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Débitos Previdenciários, dividido em 140 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 4 de junho de 2018, com previsão para liquidação até janeiro de 2030.
- (c) Refere-se ao parcelamento de débitos de PIS e COFINS, dividido em 122 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN ocorreu em 29 de setembro de 2017, com previsão para liquidação até novembro de 2027.
- (d) Refere-se à migração do parcelamento da Lei 12.996/14 para o PERT – Demais débitos, dividido em 145 parcelas, que são atualizadas, mensalmente, pela taxa SELIC. A homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB ocorreu em 31 de agosto de 2017, com previsão para liquidação até abril de 2029.

21. Empréstimos e Financiamentos a Pagar

(a) Composição dos saldos – Circulante e não circulante

	Encargos Financeiros	2022	2021
Em Moeda Nacional			
Conta Garantida			
Banco Safra	1,13% a.m.	32.519.455	34.521.053
Capital de Giro			
Banco Bradesco	CDI+0,25% a.m.	1.031.998	3.133.013
Banco Itaú	CDI+0,36% a.m.	-	1.545.736
Banco Santander	TJLP+0,45% a.m.	3.401.451	6.114.388
Banco do Brasil	CDI+0,16% a.m.	8.849.845	5.239.100
XP Investimentos	DI -CETIP OVER 100%	3.420.000	0
Financiamento			
Leasing			
HP - Hewlett-Packard Company	1,5% a.m.	-	7.156
Unicred Ponto Capital	CDI+0,39% a.m.	1.685.501	
Juros a apropriar		(8.991.898)	(7.751.915)
		<u>41.916.353</u>	<u>42.808.531</u>
Circulante		15.757.529	15.215.762
Não Circulante		26.158.824	27.592.769

(b) Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante

Ano	2022	2021
2023	-	11.129.617
2024	10.912.182	16.463.153
2025 e seguintes	15.246.642	
	<u>26.158.824</u>	<u>27.592.770</u>

(c) Garantias

Os empréstimos estão garantidos pelas aplicações não-vinculadas a ANS e os financiamentos estão garantidos pelos respectivos equipamentos adquiridos.

(d) Objetivos

Os empréstimos e financiamentos têm por objetivo o fornecimento de capital de giro e a ampliação e melhoria das instalações da Unimed Caruaru.

22. Débitos diversos

	2022	2021
Salários e Honorários a Pagar	2.824.580	2.697.749
Provisão para Férias e Encargos a Pagar	5.582.273	5.075.191
Fornecedores	11.628.187	11.090.163
Passivos de Arrendamento	461.691	-
Outras Contas a Pagar (i)	2.634.550	2.017.422
	<u>23.131.280</u>	<u>20.880.525</u>

(i) Refere-se a adiantamentos de clientes, reembolso a usuários, planos de saúde de cooperados, entre outros.

23. Provisões para ações judiciais

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Cooperativa é parte envolvida em processos de natureza cível, tributário e trabalhista e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Cooperativa estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referente a causas de natureza cível e tributária:

	2022	2021
Tributárias	-	-
Cíveis	1.679.434	2.324.795
	<u>1.679.434</u>	<u>2.324.795</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Cooperativa tem ações de naturezas cíveis, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, demonstradas a seguir:

	2022	2021
Tributárias		265.978
Cíveis	9.176.109	21.518.251
Trabalhistas	208.274	433.667
	<u>9.384.382</u>	<u>22.217.896</u>

24. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 23.963.419 (R\$ 26.494.886 em 2021) e está representado por 484 cooperados (470 em 2021), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a 2.000 vezes o valor de uma quota-parte. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral e o pagamento de uma taxa de 5% sobre seu valor, respeitando-se o limite de 1/3 do total do capital subscrito para cada associado.

(b) Reservas de lucro

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 5% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

(c) Reservas de capital

i) Reserva de Fundo Hospitalar – Reserva constituída com a finalidade de viabilizar a manutenção e ampliação do hospital.

ii) Reserva de Margem de Solvência – Constituída em 2015, com a sobra do exercício e descontos em produção médica por deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), visando atender as exigências da ANS.

iii) Reserva para Compensação de Perdas – Constituída em 2018 e 2017, por meio de descontos em produção médica decorrente de deliberação em Assembleia, com vistas a compensação de possíveis perdas nos referidos exercícios. Caso não ocorra a possível perda, o valor será colocado à disposição da assembleia no exercício posterior.

iiii) Reserva de Resultado – Constituída em 2022, através da transferência da Reserva de Margem de Solvência, decorrente deliberação em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) em 27 de Dezembro de 2022 com fins de compensação de perdas futuras e contingências.

25. Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde

	2022	2021
Contraprestações Líquidas		
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
Plano Individual	167.888.594	176.827.044
Plano Coletivos por Adesão	9.739.570	9.840.177
Plano Coletivos Empresariais	128.802.749	106.934.614
Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido		
Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde	66.178.817	60.050.078
	<u>372.609.730</u>	<u>353.651.913</u>
Variação da Provisão para Remissão	23.717	(16.155)
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		
PIS sobre Faturamento	(191.503)	(240.110)
COFINS sobre Faturamento	(1.178.482)	(1.477.599)
ISS sobre Faturamento	-	-
	<u>(1.369.985)</u>	<u>(1.717.709)</u>
	<u>371.263.462</u>	<u>351.918.048</u>

26. Eventos indenizáveis líquidos

<u>2022</u>	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(186.829.087)	1.643.805	1.432.406	(183.752.876)
Planos Coletivos por Adesão	(31.201.758)	10.882	103.161	(31.087.716)
Planos Coletivos Empresariais	(66.850.762)	175.391	849.786	(65.825.584)
Corresponsabilidade Assumida	(55.815.668)			(55.815.668)
Ressarcimento ao SUS	(522.537)	-	-	(522.537)
	<u>(341.219.812)</u>	<u>1.830.078</u>	<u>2.385.353</u>	<u>(337.004.381)</u>
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(144.973)	-	-	(144.973)
	<u>(341.364.785)</u>	<u>1.830.078</u>	<u>2.385.353</u>	<u>(337.149.354)</u>
<u>2021</u>	Despesas com Eventos	Recuperação de despesas	Glosas	Líquido
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
Planos Individuais	(139.834.009)	60.316	784.733	(138.988.959)
Planos Coletivos por Adesão	(21.939.586)	-	8.821	(21.930.765)
Planos Coletivos Empresariais	(59.279.915)	-	691.480	(58.588.435)
Corresponsabilidade Assumida	(50.400.256)			(50.400.256)
Ressarcimento ao SUS	(454.414)	-	-	(454.414)
	<u>(271.908.180)</u>	<u>60.316</u>	<u>1.485.034</u>	<u>(270.362.829)</u>
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.966.882)	-	-	(1.966.882)
	<u>(273.875.062)</u>	<u>60.316</u>	<u>1.485.034</u>	<u>(272.329.712)</u>

27. Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas com Prestação de Serviços	33.728.188	19.719.163
Receitas com Operações de Assistência Odontológica	24.599	39.355
Outras Receitas Operacionais		
Procedimento sem Cobertura Contratual	87.284	386.631
Recuperação de Despesas	2.205	3.306
Serviços de Lavanderia	72.144	46.264
Bonificação	187.988	246.013
Outras Receitas (a)	51.902	81.956
	<u>401.523</u>	<u>764.168</u>
	<u>34.154.310</u>	<u>20.522.686</u>

28. Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS sobre Faturamento	(119.134)	(104.874)
COFINS sobre Faturamento	(636.799)	(546.134)
ISS sobre Faturamento	<u>(271.239)</u>	<u>(279.219)</u>
	<u>(1.027.172)</u>	<u>(930.227)</u>

29. Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		
Confecção de Carteiras	(27.950)	(13.420)
Serviços Prestados por Terceiros	(891.505)	(898.807)
Cobrança	(54.298)	(22.596)
Amortização sobre Aquisição de Carteira	(1.204.301)	(1.600.143)
Outras Despesas	<u>(804.505)</u>	<u>(2.401.422)</u>
	(2.982.558)	(4.936.389)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(2.558.640)	(918.886)
Provisão para Perdas Sobre Créditos de Contraprestações Pecuniárias	<u>(6.717.385)</u>	<u>(3.076.918)</u>
	<u>(12.258.583)</u>	<u>(8.932.193)</u>

30. Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionada com Planos de Saúde da Operadora

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prestação de Serviços	(14.269.433)	(14.614.072)
Intercâmbio Eventual	(12.694.867)	(8.090.501)
Seguro de Vida/Despesas Médicas(Pareceres)	(162.202)	(201.246)
Serviços Odontológicos	(337.946)	(322.957)
Despesas Médicas Relacionadas a Rede Propria	<u>(55.534)</u>	<u>(22.063)</u>
	<u>(27.519.982)</u>	<u>(23.250.840)</u>

31. Despesas Administrativas

	2022	2021
Honorários da Diretoria e do Conselho	(2.708.254)	(3.060.030)
Salários, Ordenados e Encargos Sociais	(12.840.502)	(10.814.129)
Alimentação dos Trabalhadores	(751.693)	(699.062)
Honorários Advocáticos, Auditoria e Consultoria	(2.704.104)	(2.855.423)
Telecomunicações	(167.248,12)	(233.559)
Publicidade e Propaganda	(940.532)	(1.176.508)
Impostos, Contribuições e Taxa de Saúde Suplementar	(287.588)	(309.177)
Despesas Judiciais	(537.795)	(1.394.942)
Contribuições e Donativos	(1.448.673)	(1.771.793)
Aluguéis, Água e Energia Elétrica	(140.844)	(642.855)
Combustível	(71.501)	(60.492)
Assistência Médica e Odontológica	(4.201.654)	(7.254.215)
Despesas com Seguradoras	(61.373)	(54.465)
Despesa com Expediente	(214.981)	(250.061)
Honorários de Serviços Técnicos	(2.995.696)	(2.320.831)
Depreciação	(853.411)	(320.299)
Amortização	(486.940)	(259.562)
Limpeza, Manutenção e Reparos	(356.198)	(295.730)
Brindes	(31.542)	(203.574)
Despesas com Locomoção	(329.386)	(95.302)
Outras Despesas Administrativas	(1.644.981)	(1.347.984)
	<u>(33.774.894)</u>	<u>(35.419.993)</u>

32. Resultado Financeiro Líquido

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Receitas de Rendimento sobre Aplicações Financeiras	8.539.169,25	3.933.275
Juros por Recebimentos em Atraso	1.039.972	884.226
Descontos Obtidos	149.729,36	208.533
Outras Receitas Financeiras	146.144	191.050
	<u>9.875.015</u>	<u>5.217.084</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com Aplicações Financeiras	-	(55.196)
Descontos Concedidos	(566.644)	(781.954)
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	(6.925.536)	(3.631.597)
Despesas Indedutíveis	(143.895)	(92.520)
Despesa com Impostos e Contribuições s/Contribuições Financeira	(15.454)	(8.426)
Juros e Multas	(781.007)	(369.781)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(175.627)	(21.499)
Despesas Bancárias	(693.244)	(623.132)
Outras Despesas Financeiras	(1.061.264)	(194.479)
	<u>(10.362.671)</u>	<u>(5.778.584)</u>
	<u>(487.656)</u>	<u>(561.500)</u>

33. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante e, nas Notas 10, 12, 15 e 23, conta corrente com (de) cooperados, investimentos em entidades congêneres, provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais e patrimônio líquido, respectivamente.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão foi de R\$ 2.708.254,16 em 2022 (R\$ 3.060.030 em 2021).

34. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa possuía cobertura de seguros contra riscos diversos para seus imóveis e veículos.

A Cooperativa conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

34. Compartilhamento de Risco – DEMONSTRAÇÕES 2019 – RN nº 446/2019

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2021 e 2022

A Unimed Caruaru Cooperativa de Trabalho Médico, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados em 2018 referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 411X1.

O principal objetivo da segregação de valores é a necessidade de desdobramento de saldos contábeis de 2018 de acordo com a abertura de contas contábeis implantadas a partir de 2019 pela RN nº 435/2018, para subsidiar o cálculo da variação das Despesas Assistenciais - VDA, para apuração do índice máximo de reajuste dos planos de assistência à saúde individuais e familiares, em atendimento à recomendação constante no item 74 da Nota Técnica nº 10/2019/COGIS/SUCIS/SEAE/SEPEC-ME do Ministério da Economia:

- a) Segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 31171 - Contraprestação de Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018.
- b) Segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 411X1 - Despesa com Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018;

A segregação da escrituração contábil dos lançamentos da corresponsabilidade, para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço Pré-estabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço pós-estabelecido	
	2022	2021	2022	2021
	1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido			
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(2.599.365)	(10.522.564)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	3.132.897	(14.289.626)		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	(73)			
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(478.778)	(846.217)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(417.693)	(188.815)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(1.448.441)	(14.353.238)		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	(1.811.453)	(40.200.460)		
Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico Hospitalar (grupo 411x1)	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021	2022	2021
	1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido			
1.1 – Planos Individual/Familiares antes da Lei	(17.149.174)	(22.638.939)		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	(131.857.740)	(116.003.941)		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	(518.215)	(739.436)		
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	(29.685.701)	(21.190.968)		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	(3.686.132)	(436.843)		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(53.185.448)	(58.151.592)		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei			(55.815.668)	(50.400.256)
Total	(236.082.410)	(219.161.720)	(55.815.668)	(50.400.256)

